



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

1

PÉ NA ESTRADA, TRABALHADORES ITINERANTES EM FESTAS E EVENTOS

João Marcos Alem

Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia-MG

branca@ufu.br

Este artigo tem por objetivo discutir as condições de existência social e cultural de trabalhadores itinerantes que têm o deslocamento espacial como estratégia de sobrevivência e reprodução social, circulando em festas e rituais de calendário regular, como rodeios, exposições ruralistas e romarias. Tem-se, ainda, como objetivo imediato, submeter o trabalho à interlocução crítica com colegas, no sentido de aperfeiçoar sua versão final. As proposições, os argumentos e dados apresentados são resumos extraídos de um estudo mais amplo, ainda incompleto, que abrange um universo maior de trabalhadores presentes nesses eventos. Na parte etnográfica, destaco conteúdos de narrativas coletadas entre um grupo específico de trabalhadores itinerantes, presentes regularmente nos seguintes rituais e eventos anuais na região do Triângulo Mineiro: peregrinação e culto a Nossa Senhora da Abadia, que ocorre na primeira quinzena de agosto, em Romaria-MG; Exposição Agropecuarista do Camaru, realizada ao final de agosto em Uberlândia-MG; Expozebu, realizada ao final de maio e início de junho em Uberaba-MG.

Tal como no estudo original, que transita entre a sociologia e a antropologia, são considerados alguns aspectos do esforço conceitual e teórico para definir as categorias classificatórias dos trabalhadores itinerantes a partir da variedade de seus deslocamentos espaciais, tomados como experiências que produzem não apenas sua heterogeneidade social, mas também interações sociais tensas, que se equilibram entre a instabilidade e a estabilidade, entre a organização e a dispersão.

Por meio da descrição etnográfica, analiso as particularidades dos sujeitos delimitados neste artigo, visando traçar as características que os aproximam ou diferenciam de outras categorias que constituem o universo maior de trabalhadores que se deslocam no espaço. As análises incluem considerações sobre as razões da adoção do



2

trabalho itinerante em face de outras opções, considerações sobre o tempo de trabalho itinerante, os tipos de atividades, os vínculos institucionais, os graus de autonomia e dependência dos trabalhadores em suas relações internas e externas, bem como considerações sobre a estratificação e a hierarquia estabelecidas entre os trabalhadores, decorrentes da posição de autonomia e dependência mencionadas. Ao final, se discute a possibilidade de manutenção e/ou construção de interações e identidades solidamente referenciadas entre esses sujeitos, como trabalhadores e cidadãos, tanto nos espaços sociais de origem como nas interações construídas na experiência dos deslocamentos.

O deslocamento espacial de trabalhadores se constituiu, historicamente, como experiência fundamental do processo que tem estruturado sua mobilidade e heterogeneidade social, bem como sua diversidade cultural em quase todas as sociedades. No Brasil, os grandes fluxos migratórios, acentuados a partir dos anos 50 do século XX, culminaram na constatação de que 84,3% da população brasileira se urbanizaram, segundo dados do Censo 2010, mais concentrada em metrópoles e cidades com mais de cem mil habitantes, ainda que boa parte do contingente total se encontre em núcleos urbanos pequenos. Segundo dados do IPEA (2010, p. 4), o percentual da população que migrou, mudando de estado nos últimos cinco anos, foi de 3% da população em 1995, cerca de 4 milhões de pessoas. Em 2008, mesmo com crescimento da população total, o percentual de migrantes caiu para 1,9%, cerca de 3,3 milhões de pessoas. Com isso, o fluxo rural urbano diminuiu muito e deu lugar aos fluxos inter-regionais e inter estaduais, com origens e destinos situados nas cidades. Porém, não contam os deslocamentos com destinos temporários, provisórios ou mesmo regulares e contínuos, como os que são próprios de trabalhadores sazonais e itinerantes, que incluem desde trabalhadores qualificados do mercado formalizado por contratos, como os subempregados, semi-assalariados, temporários, autônomos e por conta própria, pouco qualificados e empobrecidos, mergulhados na chamada informalidade precária e, por fim, as diversas categorias de proletários temporários que se deslocam para safras agrícolas em diversas regiões e que passam longos períodos fora da origem, longe das famílias, trabalhando em condições precaríssimas, não raro piores do que a escravidão, quando a renda do trabalho não cobre custos de viagem, alojamento, alimentação. Enfim, os números não dão conta de toda a variedade e complexidade dos movimentos



3

de deslocamento, especialmente quando se consideram os sujeitos e as experiências de migração constante ou permanente, cuja importância não decorre somente de números mais ou menos elevados, mas das implicações econômicas, sociais, políticas e culturais que a *itinerância regular* impõe às formas de existência social e cultural dos sujeitos em deslocamento.

Ao longo do processo de migrações internas no Brasil, inúmeros estudos analisaram e interpretaram as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais decorrentes dessa grande experiência histórica dos trabalhadores no Brasil. Seus diversos focos incidiram tanto sobre mudanças objetivas como subjetivas. Ora apontam para mudanças nos perfis sociológicos dos sujeitos, com ênfase em sua mobilidade social, na alteração de seus perfis ocupacionais e níveis de renda, ora abordam seus movimentos sociais e político-partidários, ou ainda suas conversões religiosas. Mas também abordam mudanças nas experiências de (re) agregação, identificação dos grupos de pertencimento, formação e reelaboração das identidades, assim como das formas de sociabilidade, enfim, abordam mudanças culturais, como se vê nos estudos antropológicos quando tomam os problemas da antropologia *nas cidades*, especialmente nas periferias urbanas, conforme temas, autores e textos fundamentais sintetizados por Heitor Frúguli Jr. (2005).

Entretanto, a alteração estrutural dos deslocamentos apontada acima não deixa de suscitar, sempre, a necessidade de considerar aspectos pouco estudados nas duas abordagens, assim como questões novas, especialmente quando se trata de trabalhadores itinerantes, “migrantes permanentes”, pobres e pouco qualificados que circulam *entre cidades*. Quando observadas as variações desses trabalhadores no deslocamento espacial e também a variação de suas relações sociais daí decorrentes, permanecem problemáticas as próprias definições de origem, destino, trânsito espacial (sazonalidade, itinerância), trabalho autônomo, por conta própria, temporário, trabalho formal/informal, legal/ilegal, empregabilidade, relações capitalistas e não-capitalistas, trânsito social, interação social, pertencimento e identidade sócio-cultural dos sujeitos deslocados ou em deslocamento, que são os conceitos-chaves da temática.

A articulação desses conceitos constitui o ponto mais crítico dos estudos sobre sujeitos em trânsito, uma vez que, muito mais que deslocamento espacial e trânsito



4

social em termos de mobilidade ascendente ou descendente em um quadro de estratificação sociológica formalista, há trânsito cultural, manifesto na interação dos trabalhadores com outros sujeitos cujas âncoras, referências e códigos identitários são bastante diversos. Ou seja, em muitos casos, o trânsito proporciona compartilhar formas de sociabilidade também muito diversas, forjadas na própria experiência de estadia em vários destinos temporários. Aqui se tem em mente as proposições teóricas e metodológicas de Gilberto Velho (2009, p.14-15) para a antropologia urbana, especialmente quando se refere à importância das análises sobre fragmentação dos sujeitos como “um caso limite do repertório de sociabilidade”, bem como quando se refere à importância da noção de “multipertencimento como fenômeno que evidencia o trânsito não só entre diferentes correntes, mas entre diferentes domínios e níveis de realidade”, quer dizer, “entre universos simbólicos e culturais, com diferentes tipos e graus de *attention à la vie*” e, por fim, quando se refere à necessidade de releitura da problemática das identidades diante “do dinamismo e complexidade desses sistemas de interações, em que os indivíduos se movem através de trajetórias que raramente são lineares num sentido mais estrito, complexificando as noções de consistência identitária e coerência biográfica”. Também as proposições de Magnani (1996, 2002), com ressalvas que não cabem discutir aqui, são importantes, quando formula as noções de “pedaço”, “mancha”, “circuito”, a partir de experiências que vão além das relações sociais ou interações voltadas para a reprodução puramente econômica da vida social. Assim, na consideração desses mesmos aspectos está a inflexão que distingue a dimensão antropológica dos estudos sobre sujeitos em deslocamento.

Neste ponto, então, cabe destacar a principal premissa deste estudo: no caso dos trabalhadores itinerantes aqui considerados, por mais que os muitos destinos buscados no deslocamento pareçam espaços sociais de pura reprodução econômica, permanência provisória e relações intermitentes, para alguns trabalhadores as experiências de convívio *com o pé na estrada* instituem outra ordem de interação social, outra ordem simbólica, que ora se assemelha, ora é diferente da ordem vivida nos espaços sociais de origem. Tais experiências ganham densidade social por meio de relações que criam desde laços de solidariedade nos percalços das viagens, nos alojamentos comuns, na negociação coletiva dos espaços de trabalho, a conflitos permanentes, que se imbricam



5

nas relações anteriores e impõem ações políticas. Esses argumentos podem ser mais bem visualizados nas descrições e análises a seguir.

Nos eventos considerados, é possível encontrar todo o espectro social de trabalhadores informais, temporários, subempregados e ocupados de forma intermitente nas mais variadas atividades de pouca qualificação e que, claramente, em sua maioria, trabalham e sobrevivem em condições extremamente precárias¹. Mas, especificamente, neste estudo, o foco está em um grupo de trabalhadores ocupados em atividades do comércio de produtos de consumo corrente, incluindo alimentos, bebidas, roupas, utensílios domésticos, artesanatos, objetos de decoração, CD's, aparelhos eletrônicos, cosméticos, entre outros, que se deslocam *regularmente* por algumas cidades, onde instalam barracas e estandes em praças, ruas e calçadas próximas aos locais em que se realizam diversos rituais dos eventos mencionados. Alguns são ambulantes, trabalham perambulando nesses locais, carregando, ofertando e vendendo seus artigos. São, portanto, sujeitos em deslocamentos espaciais regulares, que compõem parte do universo dos chamados trabalhadores autônomos, por conta própria e informais. Fazem parte da categoria *estrita* do “trabalhador por conta própria não contribuinte”, muitas vezes auxiliado por “trabalhador não remunerado em ajuda a membro do domicílio”, conforme as características de informalidade definidas nos critérios de classificação do IBGE, centrados na ausência de assinatura da carteira de trabalho e de contribuição previdenciária, segundo João Sabóia e Ana Lucia Sabóia (2004, p. 5), que acrescentam se tratar de trabalhadores com inserção bastante precária no mercado de trabalho. Também não estão em relações de trabalho propriamente capitalistas, uma vez que seus rendimentos não permitem qualquer forma embrionária de acumulação. Assim, no plano macro social e econômico estão subsumidos no processo de acumulação capitalista, operando no âmbito da circulação de mercadorias sem qualquer custo para a esfera da

¹ A validade conceitual e teórica dessas nomeações dos trabalhadores não assalariados e sem empregos legalmente formalizados tem sido vastamente discutida na literatura de sociologia e economia do trabalho. Um artigo de Eduardo G. Noronha (2003) traz uma boa síntese crítica dessa discussão. Aqui, o emprego dessas nomeações visa apenas identificar os trabalhadores segundo categorias e práticas sociais de trabalho diferentes, mas, em certa medida, também contribuir para a revisão de haver ou não mérito conceitual e teórico em algumas dessas nomeações do ponto de vista antropológico.



6

produção, ao mesmo tempo em que pressionam o Estado pelos direitos sociais de saúde, educação, previdência, entre outros, sem serem contribuintes².

Porém, ressalta-se que não se trata de trabalhadores temporários, uma vez que mantêm *estabilidade relativa* em face das categorias de trabalhadores informais mais fluidas em termos de rotatividade e intermitência nas ocupações. Quando confrontadas suas características com as de outras categorias mais fluidas, é possível encontrar aproximações com os que são denominados sazonais, “volantes”, “trecheiros”. Algumas vezes, em suas próprias representações, gravadas nos testemunhos, se definem como camelôs itinerantes e alguns usam nomeações mais antigas e regionais, tais como “biscateiros”, “mascates” e “biqueiros” e até “trabalhadores de rua”, abordados em vários estudos, valendo lembrar os de Mariana Vilas Boas (2007) e Isabel Milanez Ostrower (2007). Mas aqui as diferenças são mais consideradas.

Para focar as particularidades dos trabalhadores específicos deste estudo e tendo em conta os limites deste artigo, selecionei conteúdos de 18 narrativas de vida dessa categoria estrita de trabalhadores itinerantes presentes nos três eventos mencionados, o que não exclui considerações inferidas do universo mais amplo de eventos e sujeitos abordados. O critério para a seleção desses 18 trabalhadores foi a origem e a vivência *entre cidades*, com estabilidade relativa no tempo e no espaço do trabalho itinerante, pois todos estavam em deslocamento permanente e contínuo por mais de cinco anos e, quase sempre, seguindo um mesmo roteiro de cidades e eventos, com poucas alterações, conforme vantagens eventuais entre uns e outros. Acrescenta-se que os trabalhadores abordados habitam e transitam em cidades da região do Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Nordeste de São Paulo.

Nos aspectos centrais de suas narrativas, de fato, se constata que suas condições de trabalho são muito duras e é assim que representam as dificuldades para combinar vida social nas cidades que habitam com a experiência de trabalho e vida itinerante, nas viagens, nos alojamentos das cidades do roteiro instituído, nas negociações para obter um pedaço dos espaços públicos onde instalam seus estandes ou circulam. Nas

² As formas de inserção e participação dos trabalhadores informais na reprodução e acumulação capitalista é um dos eixos centrais das análises dos estudos de sociologia e economia do trabalho e os argumentos aqui sumarizados foram extraídos de Maria Cristina Cacciamalli (1983; 2007), Bruno José Rodrigues Durães (2005).



7

narrativas sobre esses aspectos ficam claras as particularidades de sua *permanência ou estabilidade no trabalho itinerante*.

Perguntados sobre ocupações anteriores e como adotaram o trabalho itinerante no comércio, todos tinham passado pelo trabalho assalariado por pouco tempo, e prosseguiram em diversas ocupações temporárias, sempre em ocupações pouco exigentes em qualificação e de baixos rendimentos. Depois de várias experiências, a opção pelo trabalho no pequeno comércio itinerante lhes pareceu melhor, comparativamente, o que sugere uma história de vida no trabalho bastante e sempre precária, ao ponto de tornar estável a opção vigente, por mais precária que seja também. O aspecto diferencial favorável a esta opção parece ser a autonomia que proporciona, pois nela “não tem patrão”, “o patrão sou eu”, “não tem gato”, “a gente sofre muito, mas é menos”.

Sobre calendário, tempo e espaços de trabalho, a despeito de algumas variações, as narrativas convergem em alguns pontos essenciais. Dividem sua existência em “tempo de viver” e “tempo de trabalho” e, ainda, em “espaço de vida” e “espaço de trabalho”, que se imbricam, sem rupturas bruscas, divisão que lembra a conhecida formulação de Roberto Da Matta (1981) para vida privada e vida pública, a casa e a rua. A inserção, a duração da estadia e o empenho nas atividades próprias de cada um desses dois universos são diferentes do que se observa na experiência dos trabalhadores empregados sob contrato formalizado pela disciplina dos turnos de trabalho e de folga, pelo salário, obrigações e direitos trabalhistas. Vida e trabalho não são experiências disciplinadas em turnos e outras convenções do tempo instituídas na inserção em relações capitalistas. Os tempos de vida e de trabalho são concentrados, a estadia fora de casa pode durar de três a dez dias, enquanto a estadia em casa pode se estender de uma até três semanas, dependendo do calendário de eventos escolhidos para trabalhar. Portanto, não são trabalhadores temporários, pois seus ciclos de vida e de trabalho não se compõem de intermitência ou instabilidade. Longe disso, trata-se de outra forma de organizar esses ciclos.

No tempo e espaço de viver, estão nas cidades que habitam, junto à família, no convívio com parentes e amigos, buscam atenção para a saúde de si e dos familiares, cuidam da educação dos filhos, vão a suas igrejas, fazem compras para provisão



8

doméstica, convivem com parentes e amigos, enfim, ritualizam suas trocas afetivas, suas dádivas recíprocas, próprias de todo e qualquer grupo com identidade consolidada por relações ou interações relativamente estáveis. Na passagem do tempo e do espaço de viver para o tempo e espaço de trabalho, quando habitam na mesma cidade, nela compartilham o convívio mediado pela amizade ou pelo parentesco com outros trabalhadores, pois não raro alguns eram ou tornaram-se parentes e, por isso, há muitos casos dos que foram inseridos no trabalho itinerante por meio dessas relações. Com seus iguais também compartilham informações sobre fornecedores de produtos, sobre eventos alternativos no roteiro comum, negociam juntos onde e como se alojar nos destinos, viajam juntos para comprar seus produtos e para os destinos de venda. Trabalhadores iniciantes, sem recursos para aquisição dos produtos que levarão para venda nos eventos, recebem a solidariedade dos “chegados” junto aos fornecedores, que lhes afiançam a aquisição a crédito ou em consignação. Os que trabalham com produtos mais leves e menos volumosos viajam de ônibus, apoiando-se reciprocamente no transporte ou “carregação” dos produtos e equipamentos para trabalho, enquanto outros, com cargas maiores, usam veículos diversos, principalmente compartilhando “vans”.

Mas algumas dessas interações não se restringem aos de mesma origem, pois também acontecem entre trabalhadores de cidades diferentes com destinos comuns. Relatam sobre os colegas como amigos e parceiros com os quais, ao final de cada evento, confraternizam comendo e bebendo nos bares e nos próprios locais públicos de trabalho, conversando sobre os sucessos e fracassos das vendas, trocando pequenos favores e ajudas, incluindo caronas, empréstimos, bem como trocam informações sobre os resultados das estadias nos eventos e, dependendo de avaliações feitas com os iguais, combinam o próximo destino mais conveniente, em face das alternativas do calendário. Essa convergência de interesses, construída no momento da partida para o trabalho itinerante e ampliada durante a estadia nos eventos e no momento de retorno à casa se traduz em uma experiência de interação, integração e coesão social permanente, que está muito longe da improvisação, do individualismo, da dispersão ou da fragmentação com que muitas vezes são caracterizadas a vivência dos trabalhadores informais. Não é difícil afirmar que se trata de uma experiência de *pertencimento*, não apenas no sentido de ter uma identidade social no mundo do trabalho, construída numa perspectiva

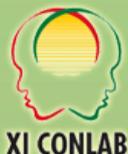


9

utilitarista de luta pela vida, mas no sentido de compartilhar símbolos densos e caros que atribuem à existência em uma coletividade, algo que se situa muito além do universo social de origem e habitação e extravasa os próprios limites do trabalho. Assim, no tempo e no espaço de viver, imbricados por interações ampliadas para o tempo e o espaço de trabalho, realizam, formalmente, o que lhes falta quando vistos apenas como sujeitos do trabalho informal, temporário, precário, desqualificado, de baixa renda, ilegal e até ilegítimo, ou como sujeitos sem horizonte nos empregos do mercado de trabalho formal e, aparentemente, condenados à indignidade social e política como fatalidade.

Esse pertencimento se confirma pelas formas como se alojam nas cidades do roteiro de trabalho. Novamente, tempo e espaço de trabalho se imbricam com tempo e espaço de vida, quando convivem com outros trabalhadores, proprietários e gestores dos espaços de trabalho, moradores, comerciantes fixos, que tanto podem agir como estranhos e até serem hostis, como podem ser receptivos e solidários após negociações. Narram que, conforme a cidade e as ofertas disponíveis, escolhem em comum alguma das opções, que vão desde o uso das vans como “acampamentos” nos espaços públicos, até o aluguel de quartos em pensões, hotéis populares, cômodos ou, ainda, quando vantajoso, o aluguel de casas, sempre cuidando de ficarem próximos dos locais de trabalho. Quando locam casas com móveis e equipamentos, além de dividir o aluguel fazem “vaquinhas” para comprar provisões, escalas para serviços na cozinha e na limpeza, instituem regras de conduta, entre outras combinações para reproduzir o ambiente doméstico, tal como em vida familiar. Parece ser com essa conduta que conquistam seus locadores de alojamentos, pois procuram sempre os mesmo locais e as pessoas que os reconhecem de outras estadias, estabelecendo, então, interações em que a confiança mútua é cultivada não apenas de forma interesseira, pois narram que fizeram amigos em todas as cidades que trabalham e contam até mesmo alguns casos de compadrio feitos nos destinos de trabalho.

Mas são os relatos sobre as negociações para obter pedaços dos espaços públicos onde instalam seus estandes ou circulam que demonstram sua coesão social também traduzida em coesão política, não sem contradições. Conseguir um pedaço ou ponto fixo “bom de venda”, quase sempre situado nas calçadas e praças próximas aos locais de



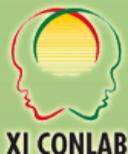
10

maior circulação de pessoas presentes nos eventos, exige luta, diante da concorrência dos próprios iguais, das exigências do código disciplinar dos gestores públicos e/ou privados envolvidos, da anuência moral dos moradores e dos comerciantes locais próximos e, por fim, da tolerância da polícia, que tanto pode ser indiferente, segundo orientação dos gestores, como pode “implicar”, questionando a origem dos produtos, a posse de licença para instalação dos estandes e equipamentos, ou simplesmente impedir o trabalho sob alegações das mais prosaicas, tais como “obstrução”, “baderna” na via pública. E são muito variadas as situações de luta, conforme as características dos eventos. Na peregrinação a Nossa Senhora da Abadia, em Romaria-MG, por quinze dias a cidade é ocupada por milhares de romeiros, consumidores habituais dos produtos dos “camelôs itinerantes” e vendedores ambulantes. Os trabalhadores com estandes transformam as ruas em torno do santuário, situado na praça central da cidade, em um verdadeiro camelódromo ou shopping de rua. Não há como acessar a praça sem atravessar os corredores desse camelódromo, mas os pontos ou pedaços bons de venda são os que ficam no entorno e mais próximos do santuário, pois as compras acontecem mais intensamente após o cumprimento das obrigações com a santa, ou seja, na passagem dos rituais sagrados para os rituais profanos nas ruas. E muito dificilmente, alguém deixa de comprar alguma coisa no camelódromo, pois se trata de um dos rituais estruturantes dos santuários de romaria na contemporaneidade. Os consumidores não resistem aos preços incrivelmente baratos dos produtos, ao exotismo de alguns artigos, às chamadas engraçadas para a compra: “Ajude aqui o Paraíba prover o leite dos guris”, “Olha o churrasquinho quentinho e suculento, tem de boi, de porco e de frango e tem também de gato pra quem não come carne vermelha”, “Aqui tem gelada de um real, um real não faz falta a ninguém, olha a gelada, tem água também”, “Olha madame, a rede chique, bem trançada pra não dar lombeira”. Mais do que apelos galhofeiros de venda, as chamadas para compras fazem parte da efervescência do evento e da interação entre vendedores e consumidores, alavancam um ritual de cordialidade alimentado por conversas sobre os produtos, preços, sobre a devoção religiosa, sobre a vida, pois não há grande distância social entre os interlocutores. Esse ritual pode ser tomado como conquista e suporte da legitimidade política dos trabalhadores no evento, pois suas performances compõem parte dos sentidos lúdicos, alegres e profanos dos rituais em



11

torno da romaria e, ainda, demonstra que também as identidades dos devotos e consumidores convergem, em grande medida, com os códigos de identidades dos trabalhadores. Por isso, as vendas são melhores nos pedaços mais animados. Mas os pontos bons são também os mais valorizados e não há muitas normas que disciplinem quem pode ou não se instalar aqui ou ali, exceto a de obtenção da licença da prefeitura, que não é suficiente para impedir a hierarquização do espaço e dos trabalhadores, por razões diversas. Na constituição dessa hierarquia dos trabalhadores nos espaços do evento está o núcleo da luta política que envolve todos os sujeitos acima referidos. Os trabalhadores têm que concorrer com seus iguais e, para isso, associam-se em grupos de “chegados” para negociar com gestores, políticos locais, comerciantes, moradores, oferecendo vantagens, apelando para a regularidade de sua estadia no evento, para a retórica de trabalhadores ordeiros e, principalmente, para a legitimidade que desfrutam com os romeiros, comprovada pelos números elevados das vendas. “Somos parte da festa”, dizem com convicção. Essas estratégias não escondem sua fragilidade em termos de representações e ações institucionais que possam mediar o atendimento de suas necessidades de forma permanente, normatizada e segura. Contudo, também não são iniciativas puramente circunstanciais, pois acabam por instituir regras morais permanentes por algum tempo, negociadas com todos os sujeitos envolvidos em seu universo de trabalho. E a cada mudança nessas regras, que traga outras dificuldades e interdições, novas estratégias são inventadas. Dessa forma, grupos organizados por referências de identidades imediatas ou consolidados anteriormente são dotados de estratégias políticas mais eficientes e obtêm mais legitimidade, conquistam posição de destaque no evento, mas produzem desigualdade e até certa discriminação entre iguais. Por isso, não surpreendem as ocorrências de discussões, brigas, roubos e até tumultos entre os trabalhadores nos eventos, responsáveis pelo reforço do conhecido estigma que os representa como estranhos, perigosos, inconfiáveis, entre outras desqualificações que levam às rejeições que sofrem no cotidiano das cidades. Trabalhadores que afrontam seus iguais e as “autoridades” locais são discriminados, não conseguem licenças, acabam excluídos do evento, passam a freqüentar outros eventos, aumentam sua itinerância, ou mudam de ocupação. O fato é que todos dependem de maior ou menor inserção nas interações sociais que constroem na origem e nos destinos de trabalho. O



12

evento de Romaria, realizado em espaço urbano extremamente limitado e saturado por centenas de trabalhadores informais e itinerantes, parece não comportar mais iniciantes e aventureiros, que queiram se inserir individualmente em seu espaço, seja pelo código disciplinar de seus promotores e gestores, seja pelas regras morais instituídas politicamente pelos próprios trabalhadores mais estáveis na história do evento.

A hierarquização e os conflitos enfrentados pelos trabalhadores itinerantes, assim como suas conseqüências, agravam-se nas narrativas sobre as condições de trabalho na Exposição Agropecuarista do Camaru, em Uberlândia-MG, e na Expozebu em Uberaba-MG. Esses eventos são realizados em parques fechados, administrados por associações de produtores rurais. Com isso, há uma divisão clara entre espaço privado e público. Para se instalar ou circular dentro do parque, os trabalhadores devem se submeter a um código de postura pré-estabelecido, que permite a venda de produtos em locais próprios para instalar estandes ou que têm a circulação autorizada, mediante pagamento de taxas e aluguéis. A gestão disciplinar do espaço dos parques não só hierarquiza os trabalhadores, como interdita, de antemão, o ingresso daqueles que não têm condições de pagar taxas e aluguéis, sem contar que, também de antemão, os “pontos bons” são reservados para empresas formalizadas pelo CGC. Diante disso, boa parte dos trabalhadores, principalmente os circulantes dentro do parque vendendo alimentos, bebidas, artigos de vestuário, brinquedos, se vê obrigada ao trabalho subsumido, operando como diaristas de fornecedores externos ausentes ou dos que instalam estandes. Dentro dos parques, a efervescência e a interação entre vendedores e consumidores são tímidas, praticamente quase desaparecem as chamadas galhofeiras e as conversas cordiais no rito de consumo, que se torna mais frio e utilitarista. Para muitos trabalhadores resta se instalar e circular no espaço público exíguo, limitado às calçadas das ruas fronteiriças dos parques, onde a concorrência se dá não somente entre iguais, mas também com os veículos estacionados, seus “guardadores” e com os veículos em trânsito. Distantes dos iguais dentro dos parques, nas ruas são quase invisíveis ou rejeitados pelo público dos eventos e são vistos como “elementos” pelos policiais que passam em viaturas e espreitam nas esquinas. Nessas condições, a disciplina da gestão do espaço privado e os limites do espaço público não apenas dificultam o trabalho, interditam muitos trabalhadores, mas impedem interações



13

ampliadas e qualquer interlocução política. Nesses eventos, os trabalhadores são mantidos como sujeitos fragmentados, dispersos, individualizados e os interlocutores que lhes “concedem” o direito ao trabalho são fugidios, distantes, indiferentes, temporários, tanto os gestores do espaço quanto seus “contratantes”. Praticamente, pouco adianta que os trabalhadores tenham ou não coesão social e política oriunda de suas interações na origem e nos destinos de trabalho. Nos eventos de Uberlândia e Uberaba, o tempo e o espaço de trabalho apagam qualquer vestígio do tempo e espaço da vida. As compleições corporais dos trabalhadores tornam-se, sensivelmente, graves e esmaecidas, sem brilho, desaparecem as retóricas vibrantes, parece não haver estratégia política que os arranquem do desencantamento dos rituais em espaços disciplinados pelas relações racionalizadas puramente capitalistas.

Neste ponto, cabe então destacar diferenças quanto às condições de trabalho no evento de Romaria e nos eventos de Uberlândia e Uberaba. De imediato, nota-se que há uma variação muito grande no grau de autonomia e dependência dos trabalhadores. Se em grande medida a condição econômica do trabalhador condiciona sua inserção nos eventos, esta depende também de maior ou menor possibilidade de interlocução política. Se em Romaria não estão ausentes os trabalhadores diaristas, subsumidos em relações de dependência absoluta dos fornecedores capitalistas, pois dependem da venda de produtos que lhes são consignados, não é só esta condição que os marginalizam ou excluem do trabalho, pois, por outro lado, se compartilham da coesão grupal, recebem reconhecimento e se beneficiam dos resultados positivos das negociações por “pontos bons” de trabalho. Assim, os graus de autonomia e dependência dos sujeitos do trabalho “informal” nos eventos considerados dependem tanto de suas disposições para alterar as condições do trabalho itinerante, duro, precário, quanto das disposições políticas de seus interlocutores para conceder o direito ao trabalho. Mas é possível manter a premissa de que a inserção e a permanência dos trabalhadores no trabalho itinerante de forma estável se decidem no maior ou menor grau de coesão social dos grupos constituídos por interações densas e estáveis, tanto nas origens como nos destinos, nos tempos e espaços de vida e de trabalho, em que todos os sujeitos presentes possam ser envolvidos em interações políticas. Portanto, as interações pessoais e grupais, a densidade simbólica das interlocuções estabelecidas com os sujeitos que interferem no tempo e nos espaços



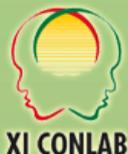
14

de vida e trabalho, produzem o diferencial capaz de alterar as próprias adversidades econômicas do trabalho itinerante.

Como se pode ver, em comparação com outras categorias do espectro social de trabalhadores na informalidade e na itinerância, a despeito de aproximações possíveis, o grupo aqui focado guarda particularidades bastante notáveis. Nas narrativas, relatam que transitaram por experiências instáveis que os levaram de uma categoria para outra, até o ponto em que alcançaram certa estabilidade como itinerantes propriamente ditos, ou seja, adotaram o deslocamento espacial para o trabalho, a reprodução econômica, social e cultural como “disposições duráveis”, que remetem à noção de *habitus* de Pierre Bourdieu, ao mesmo tempo em que sugerem uma experiência “provisória permanente”, como argumenta Graça Druck (2008) em seu estudo sobre os trabalhadores informais de rua em Salvador-BA. Essa ambigüidade não esconde o desejo convergente, constatado nas narrativas, de se diferenciar das categorias fortemente desqualificadas no imaginário social em torno do trabalho, seja nas representações populares, seja nas acadêmicas, diante da precariedade das condições vigentes na informalidade e no deslocamento espacial. Rejeitam, então, as representações que os simbolizam como informais, instáveis, precários, reivindicando reconhecimento como *trabalhadores*, o que implicitamente é demanda por legitimidade e direito moral, não sendo raro se referirem a si mesmos como “cidadãos”.

Dessa forma e de imediato, pode-se pensar que essas disposições se constituem como orientadoras de todos os sentidos ou significados da nova experiência de interação social e simbólica desses trabalhadores, sendo difícil admitir que estejam unicamente buscando o sentido econômico da reprodução pelo trabalho. Esse argumento pode ser reforçado por outros, como considerações finais.

Representados como sujeitos informais no mundo do trabalho, precários em renda, nos vínculos políticos institucionais e nos vínculos trabalhistas legais, a despeito disso, instituem relações formais e estáveis nas origens e destinos temporários, que os tornam eficientes nas estratégias de reprodução social e cultural. São instáveis no espaço, mas com isso desenvolveram experiências de trânsito social e cultural que, além da mera reprodução econômica, constituem estratégias políticas de luta pela vida e por reconhecimento social. A despeito da precariedade de seus vínculos institucionais,



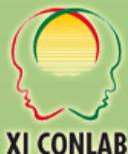
15

podem ter desenvolvido um *habitus* precário de reprodução, mas talvez seja um exagero situá-los nesse conceito, pois são eficientes não apenas do ponto de vista pragmático, uma vez que suas práticas de convívio produzem símbolos de pertença, de identidade, de afetividade, de solidariedade, de resistência, que levam a iniciativas políticas.

As noções de informalidade e precariedade devem ser relativizadas quando se têm em consideração as representações dos próprios trabalhadores sobre essas noções, uma vez que não as aceitam enquanto os desqualificam e lutam exatamente para obter reconhecimento perante gestores públicos nas cidades em que trabalham, incluindo as forças policiais quando os reprimem ou disciplinam sua postura nos locais que se instalam ou circulam para trabalhar. Para a clientela que buscam e atendem, não são ilegais, ilegítimos, nem “foras da lei”, ainda que em alguns eventos, como os de Uberaba e Uberlândia, mais institucionalizados e racionalizados, possam adquirir o estigma social por vezes associado aos trabalhadores de rua, porque, de fato, “fazem parte da festa”, pois seus produtos permitem a seus consumidores, em maioria sujeitos de posições sócio-econômicas próximas das que têm os próprios trabalhadores, a ritualização do consumo como interação social, cujos sentidos incluem desde confraternizar quando comem e bebem, se embriagam e conversam, até quando adquirem produtos para presentear, enfim, quando realizam dádivas e trocas rituais por meio de produtos que lhes são acessíveis nos preços.

A apregoada ausência de sentidos em sua existência social e cultural, quase sempre não decorre de suas próprias formas de inserção nas interações sociais, de suas formas de sociabilidade intra e extra grupos imediatos, enfim, de suas construções simbólicas de identidades particulares, mas certamente da desigualdade de suas posições na estrutura econômica, social e política que, historicamente, os desqualifica para a empregabilidade com direitos sociais garantidos, remetendo-os à informalidade, à ilegalidade e, em muitas situações, à ilegitimidade de existência na vida pública, condições que os rebaixa social e politicamente, obrigando-os a estratégias de sobrevivência e luta criativas e imprevistas nas relações sociais e institucionais formalizadas pelos sujeitos sociais dominantes ou hegemônicos.

Portanto, a existência considerável desses trabalhadores itinerantes em festas e eventos constitui uma das modalidades específicas do trabalho nas sociedades



16

capitalistas contemporâneas, por meio da qual se realiza não só a reprodução crescente do trabalho flexível no tempo e no espaço, mas também a reprodução social, política e cultural em que as interações podem se constituir como *formas sociais*, no sentido que Georg Simmel (1983) atribui a esta noção, restando expandir mais sua pertinência para análise das experiências de todos os sujeitos aqui focados, sendo esta a questão teórica ainda em aberto na pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACCIAMALI, Maria Cristina. (1983). Setor informal urbano e formas de participação na produção. São Paulo: IPE, 146 p.

_____ (Pré-) Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes. Comentários ao artigo. *Econômica* (Niterói), v. 9, p. 145-168, 2007.

DA MATTA, Roberto. (1981). Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª. Ed.

DRUCK, Graça e OLIVEIRA, Luiz Paulo. *A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador*. In: Revista VeraCidade – Ano 3 - Nº 3 – Maio de 2008.

DURÃES, Bruno J. R. Trabalho de Rua em Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: o trabalhador gratuito. *Temáticas*, ano 13, n.º 25/26, IFCH/UNICAMP, p. 217 à 238, 2005.

FRUGÚLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. In: *Revista de Antropologia*, vol. 48, número 1, São Paulo Jan./June, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, J. G. Ca & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na Metrópole – Textos de antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.

IPEA. Migração Interna no Brasil. Comunicados do IPEA, número 61, 17 de agosto de 2010, pp. 4.

MENDES, Mariana Vilas Boas. *Os moradores de rua e suas Trajetórias: um estudo sobre os territórios existenciais da População de Rua de Belo Horizonte*. Belo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

17

Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia e Antropologia. Dissertação de Mestrado, 2007.

NORONHA, Eduardo G. “INFORMAL”, ILEGAL, INJUSTO: percepções do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 nº. 53 outubro/2003. ANPOCS.

OSTROWER, Isabel Milanez. “Fazendo do limão uma limonada”: moralidades, estratégias e emoções entre vendedores ambulantes nos ônibus do rio de janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, PPGA, 2007.

SIMMEL, Georg. (1983). Simmel. Organizado por Evaristo Moraes Filho (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática.

VELHO, Gilberto. Antropologia Urbana. Encontro de Tradições e novas perspectivas. In: Sociologia, Problemas e Práticas, número 59, 2009, PP.11-18. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.